

RESPONSABILIDADE CIVIL

ESTACIONAMENTO DE SUPERMERCADO

Recurso

re 50

IMÓVEL — PROCURAÇÃO - ESCRITURA DE DOAÇÃO - NEGÓCIO JURÍDICO - NULIDADE - ART. 166/NCC - LEI 10.406/02 - DOAÇÃO EM DETRIMENTO DE OUTRO HERDEIRO

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ... VARA CÍVEL DESTA CAPITAL ..., brasileiro, separado consensualmente, do comércio, atualmente desempregado, residente e domiciliado nesta Capital, à rua ..., nº..., bairro ..., por sua procuradora judicial, infra-assinada (cfe. Instrumento de mandato incluso) inscrita na OAB.- ... sob o nº ..., com escritório profissional sito à rua ... , nº ..., fone: ..., onde recebe intimações, vem, muito respeitosamente perante V. Excia., com fundamento no art. 138, 158 e 166 do Novo Código Civil, propor contra ..., brasileira, casada com ... residente e domiciliado nesta capital, à rua ... nº ..., uma AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, o que faz pelos seguintes motivos de fato e de direito: 1º - Que o A., juntamente com a R., são filhos legítimos de ... e ... ambos falecidos. 2º - Em data de ... de ... de ..., a mãe do A., outorgou uma procuração por instrumento público, lavrada junto ao Tabelionato e Registro Civil de ..., desta Capital, no livro nº ..., fls..., doc. nº ..., na qual dava amplos poderes para a R., ocorre que esta substabeleceu tal procuração em data de ... de ... de ..., a favor de ..., junto ao Tabelionato ... ofício, livro nº ..., fls, sendo que em tal documento constou expressamente poderes especiais para: assinar Escritura de Doação em favor de ..., escritura essa, relativo ao imóvel constituído pelo lote de terreno foreiro nº ..., com frente para a rua ..., nesta capital, com área total de ... m2, contendo uma casa de alvenaria, objeto da matrícula sob nº ..., do C.R.I., da ... circunscrição imobiliária desta capital. Ocorre que a R. usando de má-fé fez tal substabelecimento a fim de ludibriar o A., que como filho legítimo da doadora, tem direitos sobre 50% do imóvel, agindo assim a R., recebeu em doação o imóvel ludibriando a terceiros, sendo o cartorário induzido a erro, pois que houve fraude em tal doação pois foi feita sem anuência do A. ao arrepio da lei, pois que existindo outro herdeiro jamais poderia a doação ser feita em favor de uma filha, quando existia outro filho que tem seus direitos assegurados legalmente. 3º - Ocorre que em data de ... de ... de ..., veio a mãe do A e da R., a falecer, tendo sido declarante em tal óbito a R., que disse não existirem bens a inventariar, porém tal documento foi escondido do A.; este insistiu na abertura de inventário, quando veio a saber que o imóvel havia sido vendido, inicialmente aceitou tal explicação, porém veio a saber por terceiros, que o imóvel estava em nome de sua irmã, ora R., procurou o registro de imóveis e ali obteve a certeza da "maracutaia" feita pela R., pois localizou junto ao Tabelionato do ... ofício (...) a competente Escritura Pública de Doação, ora juntada outorgada por ... em favor de ..., sendo que em tal escritura a doadora foi representada por ..., tal escritura consta do livro ..., fls. ..., o que configura e comprova a doação feita de forma fraudulenta com a finalidade de ludibriar ao A., usando do artifício do substabelecimento. 4º Ocorre que o A., tentou amigavelmente resolver o problema com a R., porém só teve desta a indiferença, ela agiu como se tivesse a doação sido feita de forma legal, assim sendo não resta ao A., outra atitude senão a presente, por ser de direito. Diante do exposto, e do mais que certamente será suprido pelo notório saber jurídico de V. Excia., requer se digne V. Excia., a : a - conceder a ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA visto que A., esta desempregado, não podendo arcar com custas processuais; b - seja citada a R., para que no prazo legal, venha contestar a presente, sob pena de revelia; c - a condenação da A., no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios na base usual de 20% sobre o valor da ação; d - seja a presente ação julgada procedente, para o fim de anular a Escritura Pública de Doação vez que como prova foi feita com simulação, ao arrepio da lei, embora seja um ato jurídico que aparenta ser legal e não o é como resta provado. Protesta-se provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos. Dá-se a presente o

valor de R\$... (...). N. Termos P. deferimento. ..., ... de ... de Advogado